



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal por meio de 330 (trezentos e trinta) Códigos de Acesso (*chips*).

2. Fundamentação da Contratação

A contratação de linhas telefônicas móveis para as Eleições 2024, a exemplo dos anos anteriores, é necessária para aperfeiçoar as atividades de suporte aos mesários, que serão desenvolvidas pelos técnicos e servidores deste Tribunal, durante o período eleitoral.

Necessário o fornecimento de 330 (trezentos e trinta) códigos de acesso (*chips*), habilitados e associados a um plano pós-pago de serviço, que permita a sua utilização pelo Contratante em todas as localidades previstas no Anexo I e, ainda, na condição de visitante, para a realização de ligações nas modalidades local e longa distância (nacional e internacional) destinadas a telefones fixos e móveis.

3. Descrição da solução

Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal por meio de 330 (trezentos e trinta) Códigos de Acesso (*chips*).

Os serviços de telefonia devem ser prestados de forma ininterrupta pela operadora a ser contratada, à exceção dos casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela ANATEL.

Período da locação:

1º de setembro a 30 de novembro de 2024.

A empresa deve estar devidamente habilitada pela ANATEL para a execução dos serviços.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Juntado nos autos do Pae n. 10.879/2024

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.3. Códigos SIASG

26.387

4. Requisitos da contratação

Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal por meio de 330 (trezentos e trinta) Códigos de Acesso (*chips*), habilitados e associados a um plano pós-pago de serviço, que permita a sua utilização pelo Contratante em todas as localidades previstas no Anexo I e, ainda, na condição de visitante, para a realização de ligações nas modalidades local e longa distância (nacional e internacional) destinadas a telefones fixos e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

móveis, conforme detalhado abaixo:

Os serviços compreendem o seguinte detalhamento:

Item 1) 330 (TREZENTOS E TRINTA) CÓDIGOS DE ACESSO (*chips*) HABILITADOS PARA AS ESTAÇÕES MÓVEIS DA SEDE DO TRESC E DAS ZONAS ELEITORAIS DO ESTADO:

a) 20 (vinte) códigos de acesso (*chips*), que possuam atualização tecnológica compatível com os serviços a serem prestados, **para a Sede do TRESC, todos com DDD 48**, fornecidos pela Contratada e que contenham as características especificadas nesse Termo de Referência; e

b) 310 (trezentos e dez) códigos de acesso (*chips*), que possuam atualização tecnológica compatível com os serviços a serem prestados, **para as Zonas Eleitorais** (conforme o Anexo deste Termo de Referência), **com DDD das respectivas regiões**, fornecidos pela Contratada e que contenham as características especificadas nesse Termo de Referência;

REALIZAÇÃO DE CHAMADAS NAS MODALIDADES DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN) E INTERNACIONAL (LDI) A PARTIR DOS CÓDIGOS DE ACESSO (*chips*) HABILITADOS (Item 1):

a) prestação dos serviços de telefonia pertinentes à realização de chamadas, nas modalidades de longa distância nacional (LDN) e internacional (LDI), a partir dos códigos de acesso (*chips*), destinadas a telefones fixos e móveis.

Observações:

1) a Contratada deverá possuir cobertura em todos os locais relacionados no **Anexo I** deste Termo de Referência.

2) Estão relacionadas no **Anexo II** as Zonas Eleitorais a serem contempladas pelo serviço acima citado, com respectivos quantitativos de linhas.

Especificações dos códigos de acesso (*chips*)

Características gerais: digital, padrão 4G e 3G, e, se disponíveis, GSM; acesso à *Internet*, identificador de chamadas; caixa-postal de mensagem de voz; permitir transferência de chamadas para outro número de telefone; chamada em espera; Serviço de Mensagem Curta (SMS) e Serviço de Mensagem Multimídia (MMS); capacidade de comunicação de dados; *roaming* automático em todo o território nacional e *roaming* internacional; com franquia de dados de 01 Gb/mês - no sistema franquia de dados compartilhada).

a) a Contratada deverá fornecer somente acessos (*chips*) homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);

b) os acessos (*chips*) deverão ser novos e sem uso na data da sua entrega ao TRESC, no início da vigência do contrato, bem como no caso de eventuais substituições;

c) os acessos (*chips*) devem possibilitar o acesso à *Internet* e a navegador WEB, bem como o envio, o recebimento e a sincronização de mensagem eletrônica (*e-mail*);

d) os acessos (*chips*) deverão ser bloqueados para a realização de chamadas na modalidade de longa distância internacional (LDI);

e) os acessos (*chips*) a serem entregues ao TRESC têm de estar com atualização tecnológica compatível com aquelas comercializadas na data da entrega e na data de eventual substituição;

f) tipo nano chip;

g) os acessos (*chips*) deverão ter garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano.

Serviços a serem contratados

a) contratação mensal do Serviço Móvel Pessoal (SMP) para a realização, e o recebimento, de chamadas nas modalidades local (VC-1), longa distância nacional (VC-2 e VC-3) e longa distância internacional (R1 a R10),



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

incluindo assinatura, serviços (mensalidades e pacotes) e tarifas, na unidade tarifária minuto e/ou fração, de acordo com o Plano da Contratada que melhor se ajustar ao Perfil de Tráfego, conforme detalhamentos previstos no Termo de Referência, para utilização e compartilhamento pelos 330 (trezentos e trinta) códigos de acesso (*chips*) habilitados, durante todos os dias da semana (24 horas por dia);

b) serviços de identificador de chamadas, chamada em espera e conferência, os quais deverão estar abrangidos no valor da assinatura básica mensal;

c) serviço de gerenciamento via *web*: gestão (controle) de todas as linhas móveis contratadas, mediante a transmissão de dados para acesso via *Internet*, de modo a viabilizar o controle de uso e os gastos decorrentes da contratação;

d) serviço de tarifa zero para ligações intragrupo, assim definidas as realizadas entre números (linhas móveis) do TRESA pertencentes ao mesmo código de área DDD (ligação VC-1, móvel-móvel, mesma operadora);

e) serviço de dados (acesso à *Internet*) ilimitado via tecnologia 4G e 3G, e, se disponíveis, GSM, sem custo adicional (cobrança de excedente à franquia de dados estimada em 01 Gb, para os 330 (trezentos e trinta) acessos (*chips*) especificados neste ETP;

f) os acessos (*chips*) deverão permitir que os aparelhos de telefonia celular a serem utilizados entrem em *roaming* de forma automática, sem qualquer intervenção do usuário, em todo o território nacional;

g) quando os aparelhos entrarem em *roaming*, o TRESA ficará sujeito às condições de tarifas e preços, bem como técnicas e operacionais, estabelecidas pelas operadoras de telefonia móvel visitadas, tão somente quando a operadora não for a própria Contratada;

h) as tarifas decorrentes de ligações originadas e recebidas em *roaming* deverão ser faturadas e cobradas obrigatoriamente pela Contratada, não sendo aceitas faturas em nome de outras operadoras;

i) a utilização do serviço de *roaming* internacional deverá ser bloqueada em todos os códigos de acesso (*chips*), permitida a sua ativação individual (por acesso/*chip*) somente mediante solicitação prévia do TRESA por intermédio do respectivo gestor;

ii) a solicitação de que trata o subitem “i” deverá especificar o código de acesso (*chip*), o período de utilização (viagem), os países para os quais deverá haver a habilitação do serviço, bem como se haverá ou não o desbloqueio do uso do serviço de dados (acesso à *Internet*);

j) garantia de substituição de códigos de acesso (*chips*), se necessário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data da solicitação do gestor;

k) é facultado à Contratada disponibilizar código de acesso (*chip*) provisório(s), durante o prazo de substituição, desde que possua(m) atualização tecnológica compatível com os serviços a serem prestados e sem ônus para o TRESA;

l) serviços de telefonia pertinentes à realização de chamadas, nas modalidades de longa distância nacional (LDN) e internacional (LDI), a partir dos códigos de acesso (*chips*), destinadas a telefones fixos e móveis, conforme Perfil de Tráfego a ser estimado;

m) os serviços de longa distância nacional (LDN) compreendem o inter-regional, para as Regiões I (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima) e III (São Paulo), e o intrarregional, para a Região II (Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Tocantins, Rondônia, Distrito Federal, conforme Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto n. 2.534, de 2.4.1998; e

n) os serviços de **longa distância internacional (LDI)** compreendem as seguintes regiões:

- R1: região composta pelos Países EUA e Canadá;
- R2: região composta pelos Países do Mercosul;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- R3: região composta pelos demais Países das Américas, não inclusos na R2 e exceto Cuba, Guiana e Suriname;
- R4: região composta pelos Países Cuba, Guiana e Suriname;
- R5: região composta pelos Países da Europa e Japão;
- R6: região composta pelos Países do Oriente Médio, exceto Israel;
- R7: região composta pelo País Israel;
- R8: região composta pelos Países da África;
- R9: região composta pelos Países da Ásia (exceto Japão); e
- R10: região composta pelos Países da Oceania (exceto Austrália).

o) na hipótese de determinação de redução de tarifas pela ANATEL, a redução deverá ser estendida ao(s) serviço(s) especificado(s) neste documento;

Período da locação:

1º de setembro a 30 de novembro de 2024.

A empresa deve estar devidamente habilitada pela ANATEL para a execução dos serviços.

4.1. Estimativas de quantidades*

4.1.1. 330 (TREZENTOS E TRINTA) CÓDIGOS DE ACESSO (*CHIPS*) HABILITADOS PARA AS CENTRAIS DE SUPORTE DAS ELEIÇÕES 2024.

O quantitativo foi obtido a partir de relatório encaminhado pela Coordenadoria de Eleições, com a quantidade de linhas para as centrais. Os relatórios constam dos Anexos I e II. Ainda, foi acordado em reunião com o Secretário de Administração e Orçamento, o Secretário de Infraestrutura e Serviços e o Secretário de Tecnologia da Informação que o fornecimento de telefonia nestas eleições abarcaria apenas as Centrais de Suporte, sendo tal informação confirmada pelo Coordenador de Infraestrutura junto ao Coordenador de Eleições em 08/07/2024. Do total de chips, 310 estão destinados às Centrais de Suporte e 20 para unidades da Sede do TRES.

4.1.2. Da estimativa de Consumo (Perfil de Tráfego)

4.1.2.1. Os proponentes deverão considerar as seguintes estimativas de consumo mensal:

ASSINATURA, SERVIÇOS (MENSALIDADES/PACOTES) E TARIFAS	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA TOTAL (CONSIDERAR TODOS OS APARELHOS)
Assinatura básica mensal	Unidade	330
Serviço de gerenciamento via <i>web</i>	Unidade	330
Serviço tarifa zero intragrupo	Unidade	330
Serviço de acesso à <i>Internet</i> 4G/3G/GSM ilimitado (considerar a franquia de dados de 05 Gb/mês)	Unidade	330
Acesso à caixa postal (por acesso/ <i>chip</i>)	Minutos	948
Pacote de mensagens curtas (SMS p/ qualquer operadora) (por acesso/ <i>chip</i>)	Unidade (mensagem)	3.300



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ASSINATURA, SERVIÇOS (MENSALIDADES/PACOTES) E TARIFAS	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA TOTAL (CONSIDERAR TODOS OS APARELHOS)
Pacote de mensagens multimídia (MMS) (por acesso/ <i>chip</i>)	Unidade (mensagem)	948
Ligação VC-1 móvel-fixo	Minutos	2.655
Ligação VC-1 móvel-móvel (outra operadora)	Minutos	1.328
Ligação VC-1 móvel-fixo em <i>roaming</i>	Minutos	1.328
Ligação VC-1 móvel-móvel em <i>roaming</i> (mesma operadora)	Minutos	1.328
Ligação VC-1 móvel-móvel em <i>roaming</i> (outra operadora)	Minutos	1.328
Ligação VC-2 móvel-fixo	Minutos	4.362
Ligação LDN VC-2 móvel-móvel (mesma operadora)	Minutos	4.362
Ligação LDN VC-2 móvel-móvel (outra operadora)	Minutos	1.328
Ligação LDN VC-3 móvel-fixo	Minutos	948
Ligação LDN VC-3 móvel-móvel (mesma operadora)	Minutos	948
Ligação LDN VC-3 móvel-móvel (outra operadora)	Minutos	948
Adicional de Deslocamento (chamada dentro do Estado de Santa Catarina – AD1)	Unidade (chamadas)	284
Adicional de Deslocamento (chamada fora do Estado de Santa Catarina – AD2)	Unidade (chamadas)	284
Recebimento de chamadas dentro do Estado de Santa Catarina, na área de cobertura da Contratada, em cidade com DDD diferente (DSL 1)	Minutos	190
Recebimento de chamadas em outro Estado (DSL 2)	Minutos	95
Ligação LDI R2 móvel-fixo	Minutos	09
Ligação LDI R2 móvel-móvel (mesma operadora)	Minutos	09
Ligação LDI R2 móvel-móvel (outra operadora)	Minutos	09
Ligação LDI R1 e R3 a R10 móvel-fixo	Minutos	04
Ligação LDI R1 e R3 a R10 móvel-móvel (mesma operadora)	Minutos	04
Ligação LDI R1 e R3 a R10 móvel-móvel (outra operadora)	Minutos	04

4.1.3. As quantidades mensais previstas no subitem 4.1.2.1 deste Termo de Referência são uma estimativa baseada no atual consumo mensal do TRESC e tratam-se de quantias referenciais e não de limites mensais fixos (mínimos e/ou máximos) e/ou vinculados a acessos, devendo ser cobrado de cada código de acesso (*chip*) somente o que for efetivamente utilizado.

4.1.4. Outros serviços disponibilizados pela Contratada serão pagos com base no valor de mercado e nunca acima dos valores registrados na ANATEL, observado o disposto no subitem 5.8.17.2 deste Termo de Referência.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5. Modelo de execução do objeto

Conforme especificado no item 4.

5.1. Prazos

5.1.1. Entregar os códigos de acesso (chips) até 01/09/2024, na Seção de Administração de Móveis e Equipamentos, no Edifício Anexo I, localizado na Rua Esteves Junior, n. 80, Centro Florianópolis/SC.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

5.2.1. Os locais de prestação dos serviços estão indicados no Anexo I. Entretanto, todos os chips deverão ser entregues conforme o item 5.1.1 acima.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Os acessos (*chips*) deverão ter garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano.

5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

5.7. Obrigações da Contratante

- 5.7.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
- 5.7.2. promover, por meio da equipe designada no item 6.2, a gestão deste Contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.
- 5.7.3. assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.
- 5.7.4. documentar as ocorrências havidas e controlar as ligações realizadas.
- 5.7.5. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

5.8. Obrigações da Contratada

- 5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.8.2. a Contratada deverá ter condições técnicas e concessão, permissão ou autorização da ANATEL para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- 5.8.3. prestar os serviços de acordo com as especificações e exigências deste Termo de Referência, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela ANATEL;
- 5.8.3.1. Entregar os códigos de acesso (chips) até 01/09/2024, na Seção de Administração de Móveis e Equipamentos, no Edifício Anexo I, localizado na Rua Esteves Junior, n. 80, Centro Florianópolis/SC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.4. cumprir as regras ora estabelecidas, bem como aquelas divulgadas pela ANATEL e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços contratados;

5.8.5. zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, prestando-os dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;

5.8.6. implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz;

5.8.7. prestar o serviço de gerenciamento via web por acesso (chip) habilitado (linha contratada);

5.8.8. previamente ao início dos serviços, deverá designar um representante com condições de acompanhar todos os aspectos de caráter técnico, gerencial ou operacional do contrato, respondendo ao TRESA sempre que solicitado;

5.8.8.1. os dados nominais e de contato do representante designado deverão ser encaminhados ao Contratante, pelo e-mail ci-seame@tre-sc.jus.br no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de recebimento, pela Contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESA.

5.8.8.2. o representante fará permanente contato com o gestor, com vistas ao perfeito desempenho dos serviços contratados;

5.8.8.3. o representante deverá atender ao gestor sempre que solicitado, prestando as informações e os esclarecimentos solicitados, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Contratante, disponibilizando, desde o início da vigência do contrato, número de telefones fixo e móvel para contato, inclusive emergencial, e endereço de correio eletrônico;

5.8.9. o disposto nos subitens 5.8.7 e 5.8.8.1 a 5.8.8.3, aplica-se também ao controle e à conferência das faturas de que trata o subitem 5.8.14 deste termo de referência, a cargo da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços do TRESA;

5.8.10. manter endereço, número de telefone e demais dados atualizados sobre a Contratada, informando imediatamente quaisquer alterações ao TRESA pelo e-mail ci-seame@tre-sc.jus.br;

5.8.11. fornecer número(s) de telefone(s) para eventuais contatos, esclarecimentos ou registro das reclamações sobre o mau funcionamento, defeitos, interrupções, ainda que intermitentes, dos serviços contratados;

5.8.11.1. o atendimento da Contratada às solicitações do TRESA, inclusive por meio de suporte técnico por consultores, deverá ser imediato e terá de estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana;

5.8.11.2. em horário não comercial (das 00:00h às 07:00h e das 19:00h às 24:00h), o atendimento e o suporte técnico poderão ser realizados por meio do call center da Contratada;

5.8.12. no caso de ocorrências de interrupção na prestação dos serviços, a Contratada deverá corrigir o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

5.8.12.1. em casos excepcionais e devidamente justificados, o prazo previsto no subitem 5.8.12 poderá ser prorrogado, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

5.8.13. levar, imediatamente, ao conhecimento do gestor do TRESA qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

5.8.14. fornecer ao TRESA, no edifício Anexo I do Prédio-Sede, situado na Rua Esteves Júnior, 80, Centro, Florianópolis/SC, fatura única e detalhada em cada um dos tipos de serviços objeto deste Termo de Referência por chip/linha utilizada, sem ônus para o TRESA;

5.8.14.1. a Contratada deve fazer chegar a fatura mensal ao TRESA com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de vencimento;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.14.2. a fatura deverá conter os valores bruto e líquido, discriminados os descontos, os impostos e os serviços;

5.8.14.3. se a fatura emitida contiver erros ou estiver em desacordo com as disposições do contrato, fica automaticamente prorrogado o vencimento para 10 (dez) dias após a correção pela Contratada, a contar do recebimento, pelo TRESA, da fatura corrigida com a data de vencimento atualizada, de modo a viabilizar o respectivo pagamento;

5.8.14.4. providenciar a disponibilização de faturas e demonstrativos ao TRESA mediante arquivo eletrônico enviado por mensagem eletrônica para o e-mail ci-seame@tre-sc.jus.br;

5.8.15. assumir a responsabilidade por “clonagem” ou subscrição que porventura venham a ser identificadas nos acessos habilitados (chips), sem nenhum prejuízo ao TRESA;

5.8.16. possibilitar ao TRESA, na condição de visitante, receber a prestação de serviço móvel de telefonia em redes de outras prestadoras de serviço;

5.8.17. é permitido à Contratada:

5.8.17.1. cobrar os valores de assinatura, serviços e tarifas nos termos da proposta, observado o detalhamento previsto no subitem 4.4.2.1 deste Termo de Referência;

5.8.17.2. cobrar os valores padrões de tarifas de outros serviços, não previstos neste Termo de Referência, utilizados voluntariamente pelo TRESA, com base no valor de mercado e nunca acima dos valores registrados na ANATEL;

5.8.17.3. faturar em um prazo máximo de 90 (noventa) dias para o serviço de longa distância nacional e de 150 (cento e cinquenta) dias para o serviço de longa distância internacional, após o encerramento do contrato, as ligações de longa distância, realizadas em decorrência desta contratação;

5.8.17.4. fornecer, sempre que solicitado, a comprovação dos preços vigentes, em relação aos serviços contratados;

5.8.17.5. substituir, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de solicitação, qualquer código de acesso (chip) que apresente defeito de fábrica após a entrega ao TRESA e a conferência pelo gestor do contrato, sem ônus para o TRESA;

5.8.18. responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da incompatibilidade de ação ou omissão culposa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo inteiramente o ônus decorrente;

5.8.19. garantir sigilo e inviolabilidade das conversações telefônicas decorrentes da contratação, considerando os recursos disponibilizados pela Contratada, mas respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;

5.8.20. garantir a suspensão e/ou interrupção dos serviços contratados, quando solicitados pelo TRESA;

5.8.21. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante; e

5.8.22. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

5.8.23. é vedado à Contratada cobrar quaisquer tarifas:

a) a título de habilitação dos acessos (chips);

b) a título de desbloqueio individual de chips para a utilização do serviço de roaming internacional;

c) para ligações intragrupo;

d) a título de franquia de consumo obrigatório; e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e) a título de acessos a Internet (plano de dados), tais como para navegação e utilização de correio eletrônico (e-mail);

5.8.23.1. fazer distinção nas tarifas em relação aos horários normal e reduzido;

5.8.23.2. exigir a contratação de quaisquer serviços adicionais;

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo e setorial;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;

f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Administração de Móveis e Equipamentos
Fiscal técnico	Seção de Administração de Móveis e Equipamentos
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O gestor manterá controle gerencial acerca da prestação dos serviços, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Considerando a natureza do objeto, não é possível o seu parcelamento. A adjudicação deve ser de apenas um item, em razão do tipo de serviço a ser prestado, não cabendo a disponibilização dos serviços por mais de uma empresa. Tratam-se de serviços interligados, que poderiam ser prejudicados caso prestados por empresas diversas. Além disso, os serviços relacionam-se com o fornecimento de *chip*, mediante o compartilhamento de ligações (intragrupo) sem a cobrança de tarifas, com vistas à economicidade, traduzida também pelo menor custo das ligações na modalidade longa distância ao se utilizar o código da mesma Operadora de telefonia móvel.

9.2. Seleção do fornecedor

A Contratada deverá ter condições técnicas e concessão, permissão ou autorização da ANATEL para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Habilitação Jurídica**, deverá ser exigida autorização do(a) ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) para o exercício da atividade a ser contratada.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3.Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Os valores referenciais para a formação dos custos são os praticados atualmente no Contrato 20/2021 (Apostila 39/2023), 169,31 por código de acesso (chip) / aparelhos celulares, totalizando 29.459,94. Todavia, obteve-se uma proposta junto a atual contrata para apenas para o período indicado para as Eleições 2024. Proposta essa que será juntada aos autos do Pae 10.879 e, que totaliza o que representa R\$ 34.650,00 para os 330 códigos de acesso em todo o período locado.

As quantidades mensais previstas no subitem 4.1.2.1 deste Termo de Referência são uma estimativa baseada no atual consumo mensal do TRESA e tratam-se de quantias referenciais e não de limites mensais fixos (mínimos e/ou máximos) e/ou vinculados a acessos, devendo ser cobrado de cada código de acesso (*chip*) somente o que for efetivamente utilizado.

Outros serviços disponibilizados pela Contratada serão pagos com base no valor de mercado e nunca acima dos valores registrados na ANATEL, observado o disposto no subitem 5.8.17.2 deste Termo de Referência.

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Tal contratação não foi prevista no plano de contratações.

11.2. Plano de Logística Sustentável

Não há conflito direto do objeto com o Plano de Logística Sustentável, sendo que a comunicação por telefonia celular elimina a necessidade de deslocamento e os gastos e consumos oriundos deste.

11.3. Outros instrumentos

Projeto Eleições 2024 – Pae 30.249/2023

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1	02.061.0033.4269.000 1 – Pleitos Eleitorais	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.	34.650,00
Total			34.650,00

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado; e;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Modelos de Documentos

Anexo I - Relação de Locais por Tipo – Centrais de Suporte

Anexo II - Relação de Centrais de Suporte – Quantitativos de linhas